
LABORATÓRIO DE SEMENTES FLORESTAIS DA EMBRAPA/CPATU

- **Noemi Vianna Martins Leão¹; José Edmar Urano de Carvalho²**

¹ Engenheira Florestal, M.Sc., EMBRAPA-CPATU, Cx.P.48, Belém-PA ²; Engenheiro Agrônomo, M.Sc., EMBRAPA-CPATU, Cx.P.48, Belém-PA.

O Laboratório de Sementes Florestais da EMBRAPA-CPATU, faz parte do Projeto "Pesquisas para utilização racional e conservação da floresta tropical úmida na Amazônia brasileira", dentro do Programa de Cooperação Ambiental Brasil-Reino Unido. Foi elaborado um subprojeto intitulado "Apoio a programas/projetos de reposição florestal na região Amazônica", com o objetivo de desenvolver pesquisas na área de tecnologia e análise de sementes e manter estoque de sementes visando intercâmbio e comercialização. O Laboratório de Sementes Florestais do CPATU, foi construído com recursos provenientes da ODA - Overseas Development Administration, e possui uma área total de 270 m². Esse laboratório desenvolverá as seguintes atividades: a) análises de rotina (pureza, germinação, umidade e número de sementes por quilo); pesquisas sobre maturação, beneficiamento/extração, germinação, dormência, armazenamento e métodos de análise de sementes; c) apoiar projetos de reflorestamento promovendo a comercialização de sementes; e, d) treinar pessoal técnico nas áreas de seleção de árvores matrizes; coleta; germinação e armazenamento de sementes. Possui uma área administrativa com: 03 salas de pesquisadores; 01 sala de informática; 01 sala de reunião/biblioteca; 01 almoxarifado; 02 banheiros; e, 01 copa. A sua área técnica é constituída de um laboratório de análises; sala de crescimento/patologia; sala de germinação; sala de processamento de amostras; três ambientes de armazenamento (câmara fria: 0-5°C e 30-40% UR; câmara seca: 15-20°C e 15-20% UR; câmara úmida: 15-20°C e 80-95% UR); e uma unidade de extração/beneficiamento de sementes.

GERENCIAMENTO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SANTOS-CONTINENTE

- **Prefeitura Municipal de Santos-SP-Brasil; Secretaria de Meio Ambiente; Equipe Técnica: Edmir Celso Meneghetti (Coordenador); Jonas Miranda Canno; Siomara Gonzalez Gomes; Ana Maria Marins; Marizete Fernandes Bandini; Izabel Aparecida Zimmermann Fonseca; Antônio José Gaspar; Rubens José Reis Moscatelli.**

Prefeitura Municipal de Santos - Estância Balneária.

INTRODUÇÃO

O planejamento ambiental do município de Santos baseia-se em uma política de uso e ocupação sustentável do solo. Neste sentido, em 23 de junho de 1992, foi criada a Área de Proteção Ambiental Santos-Continente através da Lei Complementar nº 54/92.

Esta lei municipal tem avanços importantes quando comparada com outras leis de criação de unidades de conservação, principalmente as APAs, por determinar, além dos seus limites, zoneamento, usos e ocupações compatíveis com o zoneamento e planos e programas de ação e gerenciamento.

Este passo à frente acarretou o grande desafio de implantar efetivamente esta unidade de conservação. Neste contexto, foi elaborada esta proposta de gerenciamento da APA Santos-Continente.

Este projeto tem como objetivo principal garantir a implantação da APA, através da ação integrada entre as Frentes

de Monitoramento, Fiscalização e Educação Ambiental, do envolvimento da comunidade local no sentido de assegurar o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com o zoneamento determinado e de criação de canais de participação que resultem em propostas de minimização ou solução dos problemas advindos de demanda de áreas para atividades e ocupação.

METODOLOGIA

O município de Santos, situado no litoral do estado de São Paulo, Brasil, abrange uma área de 474 km², sendo 39,4 km² na ilha de São Vicente, e 434,6 km² no continente. É nesta porção continental que está situada a Área de Proteção Ambiental Santos-Continente, abrangendo 143,15 km². O restante da área consiste do Parque Estadual da Serra do Mar e de uma porção, já no plantio, ocupada com reflorestamentos comerciais.

O projeto de gerenciamento tem sido aplicado em três áreas da APA, doravante denominadas áreas-piloto: vale do Quilombo, Cabrão e Caruara, tendo cada área aproximadamente 5 km².

O vale do Quilombo situa-se na porção noroeste do município junto à divisa com Cubatão. O ambiente e a paisagem são bastante próximas do natural, com alterações mais significativas no fundo do vale, consistindo de atividade agropecuária de pouca expressão, extração artesanal de areia, trilha de excursionistas, faixas de adutoras de combustíveis, água etc. Residem no vale aproximadamente 120 pessoas ocupando cerca de 30 casas irregularmente distribuídas.

O Cabrão situa-se junto ao canal de Bertioga, nas proximidades da confluência das rodovias Rio-Santos (BR-101) e Piaçaguêra-Guarujá (SP-55). Trata-se de uma ocupação na base do monte Cabrão, morro isolado na planície sedimentar, coberto com vegetação de Mata Atlântica de Encosta e cercado por vegetação de Restinga e Manguezal. Residem no local aproximadamente 400 pessoas. Das moradias, cerca de 60, de diversos padrões construtivos, encontram-se em situação de risco geológico. Nas proximidades, encontram-se ainda uma pedreira em atividade e depósito de contêineres, além de construções isoladas.

O Caruara consiste de uma ocupação urbana de baixa densidade junto à rodovia Rio-Santos, na altura do km 233 em áreas de Restinga e Manguezal. É a ocupação mais populosa da Área Continental do município com aproximadamente 700 pessoas. Algumas propriedades são utilizadas como chácaras de lazer.

Nessas áreas atuam três frentes: Fiscalização, Monitoramento e Educação Ambiental.

A base conceitual que norteia o projeto é a gestão participativa dos problemas ambientais, onde o ato de gerenciar é entendido como um produto da dinâmica de integração e interação entre Fiscalização, Monitoramento, Educação Ambiental e a comunidade.

Cada frente de atuação adota os seguintes procedimentos de trabalho:

1 - Frente de Fiscalização

A fiscalização se dá a partir da identificação e notificação de um problema ambiental por parte de municípios, ONGs, prefeitura, órgãos públicos federais ou estaduais.

De posse desta informação, a Fiscalização procede a inspeção ao local e registra as providências adotadas em uma ficha de três vias, sendo a segunda via encaminhada à Educação Ambiental e a terceira ao Monitoramento.

2 - Frente de Monitoramento

Após receber a ficha de fiscalização, o grupo de Monitoramento colhe informações sobre as áreas objeto de fiscalização, visando dimensionar a degradação (quando for o caso) e identificar, qualitativamente, os problemas ambientais ocasionados pela ação antrópica, através de vistorias periódicas. As informações colhidas pela Frente de Monitoramento são registradas em uma ficha de três vias, sendo a segunda via encaminhada à Fiscalização e a terceira via à Educação Ambiental.

Os focos de problemas ambientais são espacializados em escala 1:20.000, utilizando legenda de cores e hachuras para indicar a categoria de cada atividade antrópica previamente identificada, juntamente com o número correspondente à ficha de fiscalização.